



## A TERRITORIALIDADE DO POVO KRAHÔ NA PERSPECTIVA CULTURAL<sup>1</sup>

### THE TERRITORIALITY THE PEOPLE KRAHÔ CULTURAL PERSPECTIVE

Alisson Almeida Santos – Universidade Federal do Tocantins – Araguaína – Brasil  
[f\\_alissonsantos@hotmail.com](mailto:f_alissonsantos@hotmail.com)

Alberto Pereira Lopes - Universidade Federal do Tocantins – Araguaína – Brasil  
[betochief@gmail.com](mailto:betochief@gmail.com)

#### RESUMO

Nas últimas décadas, a questão da territorialidade dos povos indígenas tem se apresentado como campo fértil à pesquisa de natureza geográfica, sobretudo porque ela se insere nos estudos sobre as contradições no campo brasileiro e nas abordagens culturais que a Geografia se propõe a estudar. Os conceitos de território, territorialidade e cultura são balizadores desses estudos. Diante disso, o objetivo do presente trabalho é investigar e compreender a territorialidade do povo Krahô sob a perspectiva cultural. Aqui, toma-se como pressuposto que a cultura e a territorialidade são dimensões do comportamento humano, que ambas são social e historicamente construídas, e que o território é produto das relações de poder, da ocupação, da apropriação e da dominação do espaço geográfico. Diante disso, o objetivo do presente trabalho é investigar e compreender a territorialidade do povo Krahô sob a perspectiva cultural. A pesquisa tem caráter etnográfico, exploratório-descritivo e qualitativo, de observação participante. Constatou-se que a territorialidade do povo Krahô se particulariza pelos seus aspectos etnográficos: os mitos, a cosmologia, as experiências coletivas, as trocas simbólicas, os saberes tradicionais e a relação recíproca com a natureza. Portanto, tais aspectos devem ser o ponto de partida para se pensar e entender a territorialidade Krahô.

**Palavras-chave:** Território; Cultura; Povo Krahô

#### ABSTRACT

<sup>1</sup> Este artigo é parte dos resultados obtidos através das pesquisas de TCC em Geografia, da Universidade Federal do Tocantins, campus de Araguaína, cujo título “Geografia Krahô: aspectos territoriais e educacionais do Mehĩ da Aldeia Manoel Alves Pequeno”.

# A TERRITORIALIDADE DO POVO KRAHÔ NA PERSPECTIVA CULTURAL

Alisson Almeida Santos

Alberto Pereira Lopes

In recent decades, the question of territoriality of indigenous peoples has emerged as fertile ground to the geographical nature of research, particularly as it falls in the study of the contradictions in the Brazilian countryside and cultural approaches that geography intends to study. The territory of concepts, territoriality and culture are a guide for these studies. Thus, the objective of this study is to investigate and understand the territoriality of Krahô people from a cultural perspective. Here, it is taken for granted that culture and territoriality are dimensions of human behavior, both socially and historically constructed, and the territory is the product of power relations, occupation, ownership and domination of geographical space. Thus, the objective of this study is to investigate and understand the territoriality of Krahô people from a cultural perspective. Research has ethnographic, exploratory, descriptive and qualitative, participant observation. It was found that the territoriality of Krahô people is particularized by its ethnographic aspects: the myths, cosmology, collective experiences, symbolic exchanges, traditional knowledge and reciprocal relationship with nature. Therefore such aspects should be the starting point to think about and understand the Krahô territoriality.

**Keywords:** Territory; Culture; People Krahô

## INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é investigar e compreender a territorialidade do povo Krahô sob a perspectiva cultural. A pesquisa tem caráter etnográfico, exploratório-descritivo e qualitativo, de observação participante. Este trabalho provém das experiências interculturais, acadêmicas e científicas tidas com o povo Krahô da Aldeia Manoel Alves Pequeno e das pesquisas dissolvidas no Grupo *Práticas em Pesquisas com Povos Indígenas do Tocantins: Perspectivas Interdisciplinar e Intercultural – UFT* e no Núcleo de Estudos *Agrários e Direitos Humanos – UFT*, ambos do Campus Universitário de Araguaína.

A motivação para a realização desta pesquisa, por um lado, parte da necessidade de se aprofundar o conhecimento sobre os povos indígenas do estado do Tocantins, especialmente sobre os Krahô, fazendo com que esse estudo possa se somar a outros existentes. Por outro, pelo instigante desafio acadêmico que é buscar compreender a territorialidade do povo Krahô.

Os procedimentos metodológicos pelos quais buscou-se alcançar os objetivos caracterizaram-se, respectivamente: pela pesquisa bibliográfica, trabalhos de campo e observações *in locu*. Constatou-se que a territorialidade do povo Krahô se particulariza pelos seus aspectos etnográficos: os mitos, a cosmologia, as experiências coletivas, as trocas simbólicas, os saberes tradicionais e a relação recíproca com a natureza. Portanto, tais aspectos deve ser o ponto de partida para se pensar e entender a territorialidade Krahô.

### UM PEQUENO RELATO SOBRE O POVO KRAHÔ

Os Krahô vivem na Terra Indígena Kraolândia, cujo uso e gozo lhes foi concedido pelo Estado de Goiás em 1944, que está localizada a nordeste do Estado do Tocantins, nos municípios de Goiatins e Itacajá, e entre os rios Manoel Alves Grande e Manoel Alves Pequeno, afluentes da margem direita do rio Tocantins. O povo se autodenomina de Mehĩ e chamam aos não-indígenas de Cupẽ. Conforme Rodrigues (1986), a língua Krahô pertence ao Tronco Linguístico Macro-Jê e à família Jê, a qual é falada por aproximadamente 3.265 indígenas, segundo o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI-TO) (2016). De acordo com Melatti (2012, p. 8);

O contato entre o povo Krahô e a sociedade envolvente vem desde a primeira metade do século XIX. Os Mehĩ foram encontrados, “pelos ‘civilizados’ no estado do Maranhão, habitando no baixo rio Balsas. O conflito entre os Krahô e os criadores de gado, que avançavam do Piauí para o sul do Maranhão, ocasionou um deslocamento compulsório de suas aldeias do Maranhão para o estado de Goiás (atual Tocantins). (MELATTI, 2012, p. 8)

O povo tem sua economia baseada principalmente na agricultura rudimentar de baixo impacto ambiental, embora existam outras atividades, como a coleta e pesca. Do cerrado eles tiram aquilo o que necessário para sua sobrevivência e reprodução. Portanto, essas “atividades estão profundamente associadas ao conhecimento que os Krahô possuem sobre a natureza, seus ciclos e potencialidades [...]” (ALBUQUERQUE, 2013, p. 148).

As aldeias se dão em formato de círculo, com um pátio também circular ao centro, local onde os Krahô daquela determinada aldeia reúnem-se para tomada de decisões, e suas casas têm como principal matéria prima a palha proveniente do burití, palmeira típica do cerrado brasileiro. Segundo Melatti (1978, p.54), “suas práticas sociais e culturais são orientadas pela unidade familiar, ou seja, pelas relações de parentesco”.

Na terra preparada através do roçado e da coivara, os Krahô cultivam principalmente: mandioca, milho, feijão, abóbora, batata doce, gergelim e arroz. Tudo isso, e outras mais, compõe a base alimentar do povo. A mandioca, por exemplo, é o principal ingrediente para o preparo do Paparuto, o mais importante e tradicional prato da cultura Mehĩ. O Paparuto é preparado usando mandioca ralada e pedaços de carne, envolvidas em folhas de bananeira.

### ALGUNS APONTAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

Todo conceito tem um caráter processual, que é marcado por superações, mudanças e permanências. Por isso, ao longo de suas trajetórias epistemológicas, os conceitos de território e cultura foram cunhados e (re) conceituados, em diferentes áreas do conhecimento e ramos científicos, sobretudo na Geografia, a partir de exaustivos estudos e reflexões.

Na geografia, o conceito de território se apresenta como uma de suas categorias de análise – e conceito-chave do pensamento geográfico –, assim como o de espaço, paisagem, região e lugar. Todavia, pode-se afirmar que o uso da expressão e do termo território nas ciências naturais é relativamente antigo, tanto quanto nas sociais. Mas, sob tal respectiva, ele é a área de influência e domínio de uma determinada espécie animal em detrimento de outros animais da mesma espécie ou não.

Segundo Fernandes (2009, p.60), na ciência geográfica, o conceito de território tem suas raízes nas obras *Antropogeografia* (1882) e *Geografia Política* (1897) do geógrafo alemão Friederich Ratzel, inspiradas no determinismo geográfico, no romantismo alemão e no imperialismo do final do século XIX. Essa definição conduz à construção de uma consciência nacionalista, de um dever cívico para com o Estado-Nação e orienta a exigência de um “espaço vital”, espaço necessário para o desenvolvimento e o progresso de uma nação.

A palavra território normalmente evoca o “território nacional” e faz pensar no Estado – gestor por excelência do território nacional –, em grandes espaços, em sentimentos patrióticos (ou mesmo chauvinistas), em governo, em dominação, em “defesa do território pátrio”, em guerras... [...] (SOUZA, 2001, p. 81)

Entretanto, essa é uma definição pouco aprofundada e um tanto quanto reducionista, que empobrece e limita o arsenal polissêmico do conceito, mas que é a mais usada pelo senso comum e, em certa medida, aceita por alguns ramos científicos. Assim sendo, o conceito de território “não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado. [...]”. (SOUZA, 2001, p.81).

Novas definições sobre o conceito de território germinaram e foram influenciadas pela nova dinâmica social, econômica e cultural imposta basicamente na segunda metade do século XX, “especialmente, devido às transformações que ocorreram na sociedade em função das novas formas de organização sócioespacial que delimitam, agenciam, controlam pessoas, informações, fluxos, fenômenos e ideias” (PLEIN et al., 2009, p.47).

## A TERRITORIALIDADE DO POVO KRAHÔ NA PERSPECTIVA CULTURAL

Alisson Almeida Santos  
Alberto Pereira Lopes

Souza (2001) advoga que há a existência de múltiplos territórios dentro do território do Estado-Nação. Além de uma abordagem política, o autor trabalha os aspectos culturais dos múltiplos territórios (prostitutas, homossexuais, gangues, mendigos, narcotráfico etc.) que podem apresentar uma existência temporária ou permanente no tempo e no espaço. Podemos afirmar, pois, que a existência e a construção (e desconstrução) de territórios podem acontecer nas diferentes escalas e níveis.

O que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil. Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam “contemplados” ao se lidar com o conceito [...] (SOUZA, 2001, p. 59-60).

O território, nesse sentido, pode ser definido como algo produzido pelos atores sociais a partir de relações de poder, materiais ou não. Nessa concepção, “o território nasce então das estratégias de controle necessárias à vida social [...]”, diz Claval (1999, p. 8). Conforme Milton Santos (2007, et al, p.13), o território deve ser compreendido como território usado, porque ele:

[...] é o lugar em que desemboca todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência. [...] O território é o fundamento do trabalho; lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. [...] (SANTOS, et al, 2006, p. 13-14)

A noção de “fundamento do trabalho” respalda e dá significado a ideia de “território usado”, pois imprime um caráter histórico-dialético ao território, sugerindo que o trabalho (ação), nesse caso a apropriação concreta e/ou abstratamente do espaço, é aquilo o faz ser o que é. “O território é apropriado e construído socialmente, resultado e condição do processo de territorialização; é produto do processo de apropriação e domínio social, cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder, de relações socioespaciais, nas quais, a natureza exterior ao homem está presente de diferentes maneiras, [...]” (SAQUET, 2007, p.58)

Diante disso, todo e qualquer território é, necessariamente, funcional e simbólico. A primeira dimensão, a funcional, diz respeito às atividades materiais de sobrevivência, o uso do território através do trabalho, o usufruto dos recursos naturais. Já a segunda, a simbólico, os atores produzem significados, identidades e raízes com o território.

O território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólico-cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais como forma de

## A TERRITORIALIDADE DO POVO KRAHÔ NA PERSPECTIVA CULTURAL

Alisson Almeida Santos

Alberto Pereira Lopes

‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem (sendo, portanto, uma forma de apropriação) e uma dimensão mais concreta, de caráter político disciplinar: o domínio do espaço pela definição de limites ou fronteiras visando à disciplinarização dos indivíduos e o uso/controlado dos recursos aí presentes (HAESBAERT, 1997, p. 42).

Apesar dos diferentes enfoques conceituais em estudos e reflexões em torno dessa categoria de análise geográfica, a definição de território está estritamente ligada aos termos: relações de poder, de apropriação, de dominação. O termo mais apropriado para pesarmos e entendermos essas relações que objetivam o território é o de territorialidade, em escala local, regional e global. Assim definido por Little (2002, p.3) como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-se assim em seu ‘território’”.

[...] a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos (LITTLE, 2002, p.3).

Segundo Saquet (2007), a territorialidade deve ser concebida como um “[...] movimento processual e relacional, de apropriação, dominação e produção (i) material (material-imaterial) do território (p. 158). Desse modo, pode-se afirmar que a territorialidade possui uma dimensão cultural, sendo esta fundamental para a construção das identidades.

Levantado alguns pontos sobre os conceitos de território e territorialidade, constatou-se que tais termos estão, na maioria dos casos, relacionados ao de cultura, que também é um dos conceitos objeto deste ensaio.

A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestam. Não é um conjunto fechado e imutável de técnicas e de comportamentos. [...] (CLAVAL, 1999, p. 63)

Cultura é um termo que possui diversas acepções, sendo muito usado no senso comum e, no âmbito das ciências sociais, constitui-se como objeto de amplo debate. Segundo Claval (2011, p.05), na ciência geográfica, o surgimento da Geografia Cultural a partir do século XIX fez com que as discussões sobre cultura ganhassem fôlego.

Claval (1999) destaca que a primeira fase da geografia cultural, entre 1890 e 1940, caracterizou-se por priorizar a paisagem cultural e os gêneros de vida, provenientes entre

## A TERRITORIALIDADE DO POVO KRAHÔ NA PERSPECTIVA CULTURAL

Alisson Almeida Santos

Alberto Pereira Lopes

sociedade e natureza. Todavia, “a cultura que interessa aos geógrafos é, pois, primeiramente construída pelo conjunto de artefatos do *know-kow* e dos conhecimentos através dos quais os homens mediatizam suas relações como meio natural”. (CLAVAL, 1999, p. 12).

As preocupações com cultura se voltaram tanto para a compreensão das sociedades modernas e industriais quanto das que iam desaparecendo ou perdendo suas características originais em virtude daqueles contatos. Contudo, toda essa preocupação não produziu uma definição clara e aceita por todos do que seja cultura. [...] A primeira concepção de cultura remete a todos os aspectos de uma realidade social; a segunda refere-se mais especificamente ao conhecimento, às ideias e crenças de um povo (SANTOS, 1983, p. 18).

Essas abordagens ignoravam as dimensões subjetivas do homem, restringindo sua preocupação científica às relações entre os grupos humanos e o seu ambiente e as técnicas materiais com as quais o homem fazia uso e transformava, através da ação concreta, o espaço geográfico de acordo com suas necessidades. Havia uma preocupação com a dimensão material da cultura.

A abordagem cultural tinha um papel importante na geografia da primeira metade do século XX, mas ela permanecia limitada: a ênfase dizia respeito aos meios usados pelos grupos humanos para modificar o ambiente: a domesticação das plantas e dos animais, as técnicas agrícolas e da criação de gado, as técnicas[...] para manter a fertilidade dos solos, as técnicas de construção de casas e outros edifícios[...] A ênfase centrava-se geralmente nas interpretações funcionais[...] (CLAVAL, 2011, p. 06)

Claval (1999, p. 12-14) destaca alguns aspectos que constituem a cultura, como: (i) mediação entre os homens e a natureza; (ii) herança e resulta do jogo da comunicação; (iii) construção e permite aos indivíduos e aos grupos se projetarem no futuro e nos aléns variados; (iv) é em grande medida feita de palavras, articula-se no discurso e realiza-se na representação; (v) um fator essencial de diferenciação social.

A cultura, portanto, mediatiza a relação entre sociedade e natureza através das técnicas e dos utensílios com os quais o homem modifica a paisagem. A comunicação, onde a língua ganha destaque, caracteriza-se como componente de transmissão da memória coletiva de uma geração a outra. Podemos afirmar, então, que territorialidade e cultura compõem dimensões do comportamento humano e que, para além a ocupação e uso material do espaço geográfico, constroem laços afetivos, símbolos e fronteiras imateriais.

### **TERRITORIALIDADE KRAHÔ: REPRESENTAÇÕES, SIGNIFICADOS E SÍMBOLOS**

## A TERRITORIALIDADE DO POVO KRAHÔ NA PERSPECTIVA CULTURAL

Alisson Almeida Santos

Alberto Pereira Lopes

Cada sociedade “experimenta o mundo e o dota de significados” de maneiras diferentes, conforme sua cultura e modos de vida. Isso indica que há variadas formas de territorialidade. Nesse sentido as sociedades indígenas se diferenciam, e muito, das não-indígenas. A exemplo temos os Krahô, que possuem uma maneira particular de relacionar-se como o território e a ele atribuir significados, devido à íntima relação com a natureza.

É essencial compreender a territorialidade não apenas como uma via para delimitar e criar fronteiras, ou para manter a ordem, mas como uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico, através da qual o homem, enquanto ente social e cultural, experimenta o espaço e o dota de significados. (HAESBAERT, 2001, p. 3).

Para o povo Krahô, o território compreende a própria natureza dos seres naturais e sobrenaturais, onde o rio não é simplesmente o rio, mas inclui todos os seres, espíritos e deuses que nele habitam. No território, uma montanha não é somente uma montanha, a floresta não é somente uma floresta, elas têm significado e importância cosmológica sagrada.

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão basicamente política, diz respeito também às reações econômicas e culturais, pois, está “íntimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (SACK, 1986 apud HAESBAERT, 2001, p. 12).

Então, a ligação entre o povo e a natureza, o espaço apropriado e, por consequência, territorializado é de extrema proximidade, devido a familiaridade e dependência. Há uma particularidade que caracteriza as terras como um bem comum da coletividade. Portanto, o território é condição para a vida dos Mehĩ, não somente no sentido de um bem material ou fator de produção, mas como o ambiente em que se desenvolvem todas as formas de vida. Assim sendo, o território Krahô é o conjunto de seres, espíritos, bens, valores, conhecimentos, tradições que garantem a possibilidade e o sentido da vida individual e coletiva.

Para os povos indígenas brasileiras de modo geral o território enquanto ente material e simbólico, social historicamente apropriado, é concedente do direito à demarcação das terras das indígenas. Isto é, a demarcação só ocorre mediante prova de que há laços históricos, culturais e identitários entre o povo e determinada porção do espaço.

[...] O reconhecimento do seu ‘direito ao território, efetivado pelo Estado (no caso o brasileiro, através da Constituição de 1988), leva muitos grupos a se ‘redescobrirem’, ou melhor, a reconstruírem sua identidade a partir da sua relação com um território delimitado e juridicamente legitimado. É quase como se a

## A TERRITORIALIDADE DO POVO KRAHÔ NA PERSPECTIVA CULTURAL

Alisson Almeida Santos

Alberto Pereira Lopes

definição territorial significasse, em muitos casos, a própria construção identitária, tamanha a relação, indissociável, que podem desdobrar uma outra coisa. [...] (HAESBAERT, 2014, p.63).

Nesse sentido, o direito à demarcação das terras indígenas é fundamental aos povos originários. Ele, dentre todos os direitos assegurados pela Constituição de 1988, é entendido como o mais importante, aquele implica diretamente nos outros. Em seu artigo 231, a Constituição Federal refere-se ao direito ao território.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Com efeito, acultura é algo intrínseco às questões territoriais. E, o que diferencia os povos indígenas das demais sociedades, sobretudo das urbano-industriais, é justamente os aspectos culturais. Ela está relacionada aos hábitos, às técnicas de apropriação do espaço geográfico e dos recursos naturais e aos saberes tradicionais de uma determinada coletividade.

A cultura do povo Krahô é entendida como mantenedora do *status quo* da natureza, visto que suas práticas de sobrevivência e reprodução dependem profundamente da natureza. Portanto, “[...] para as comunidades tradicionais [a exemplo as populações indígenas] a conservação dos recursos significa sua própria sobrevivência e reprodução econômica e social, a terra em que nasceram e morreram seus antepassados e em que nascem seus filhos. [...]” (DIEGUES, 2001, p.72. [grifo nosso])

Para os Krahô a extensão da Kraolândia é fundamentalmente importante para a constituição e reprodução do povo, porque quanto maior a extensão das terras indígenas, mais alimentos, caça e terras cultiváveis o povo terá ao seu dispor, assim, “[...] sendo assegurado as condições básicas para sobrevivência e reprodução” (ABUQUERQUE, 2012, p. 149). Mesmo diante dos mecanismos legais que garantem aos povos indígenas o direito à demarcação de suas terras tradicionalmente ocupadas, bem como sua posse permanente e o

## **A TERRITORIALIDADE DO POVO KRAHÔ NA PERSPECTIVA CULTURAL**

Alisson Almeida Santos

Alberto Pereira Lopes

usufruto dos recursos naturais nelas existentes, as populações indígenas têm lutado e resistido frente a uma série de conflitos.

É importante frisar que o direito à demarcação das terras indígenas se contrapõe aos grandes projetos hegemônicos que sustentam a “soberania” econômica do país, como a construção das Barragens Hidroelétricas, as frentes agrícolas e pastoris. Isso revela as contradições sócio-espaciais do campo brasileiro. Diante disso, os Krahô vêm sofrendo sistematicamente com o avanço da produção de soja na região onde vivem, inclusive do ponto de vista de sua alimentação, com a ausência da caça. Mas esse é um debate para outro momento.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste ensaio discorreremos sobre três conceitos que vêm se destacando na ciência geográfica: território, cultura e territorialidade. Constatou-se que a Kraolândia é o local de sobrevivência e de reprodução social e cultural dos Mehĩ, um território coletivamente construído. É lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

A territorialidade do povo Krahô se particulariza pelos seus aspectos etnográficos: os mitos, a cosmologia, as experiências coletivas, as trocas simbólicas, os saberes tradicionais e a relação recíproca com a natureza. Portanto, tais aspectos devem ser o ponto de partida para se pensar e entender a territorialidade Krahô.

Há um constante movimento que (re) constrói cotidianamente e fortifica os elos materiais e simbólicos do povo com a natureza. Assim sendo, é essencial compreender essa territorialidade a partir das representações e significados que os índios Krahô têm sobre seu espaço vivido. A lógica que orienta essa territorialidade está centrada nas relações materiais e simbólicas. Apesar do contato com a sociedade envolvente, o povo Krahô tem mantido seus traços culturais preservados. Todavia, a preservação de sua cultura e língua tem se tornado um desafio cada vez mais necessário.

### **REFERÊNCIAS**

## A TERRITORIALIDADE DO POVO KRAHÔ NA PERSPECTIVA CULTURAL

Alisson Almeida Santos

Alberto Pereira Lopes

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. Índios do Tocantins: aspectos históricos e culturais. 134 – 158. In: **Ensino de história e formação continuada: teorias, metodologias e práticas**/ SILVA, Norma Lúcia. (org.). – Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2013.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2.ed. – São Paulo :Editora Hucitec, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

\_\_\_\_\_. Geografia Cultural: um balanço. In: **Geografia (Londrina)**. Londrina, v. 20, n. 3, p. 005-024. set/dez. 2011. URL: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index/.php/geografia> >

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. — 3. a ed. — São Paulo : Hucitec – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

FERNANDES, Dalvani. Território e territorialidade: algumas contribuições de Raffestin. In: **Perspectivas em Políticas Públicas**. Belo Horizonte. vol. II, nº 4, p. 59-68 | jul/dez 2009.

HAESBEART, Rogério. **Viver no limite: transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. 1.ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, 320 p.

\_\_\_\_\_. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES; Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2001.

Plein, I.T.T. et al. (2009). Território e territorialidade na perspectiva de Robert David Sack In: Saquet, M.A.; Souza, E.B.C. de. (Orgs.) **Leituras do conceito de território e de processos espaciais** (pp.47-66), São Paulo: Expressão Popular.

MELATTI, Júlio César. **Ritos de uma tribo Timbira**, Ensaios, 53, São Paulo: Editora Ática, 1978.

\_\_\_\_\_. **Índios e Criadores: A situação dos Craôs na Área Pastoril do Tocantins**. Brasília: edição do autor em pdf, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Artyon Dall’Igna. **Línguas Brasileiras: para o conhecimento das Línguas Indígenas**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

SANTOS, Milton. SILVA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XII**. – 9 ed. – Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo; Ed. Expressão Popular, 1ª Ed. 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de (org.) **Geografia: conceitos e temas**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2001.

## A TERRITORIALIDADE DO POVO KRAHÔ NA PERSPECTIVA CULTURAL

Alisson Almeida Santos

Alberto Pereira Lopes

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil:** por uma Antropologia da territorialidade. Série Antropologia. Brasília, 2002.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é Cultura.** Coleção Primeiros Passos (110). 1ª ed. Editora Brasiliense, 1983.

---

**Alisson Almeida dos Santos** - Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT/Campus de Araguaína). Foi bolsista (permanência) de Iniciação Científica de 2011 a 2016. Atualmente é estudante pesquisador do Núcleo de Estudos Agrários e Direitos Humanos (NEADH/UFT), do Grupo de Pesquisa Etnolinguístico e Cultural e do Grupo Práticas em Pesquisas com povos Indígenas do Tocantins: Perspectivas Interdisciplinar e Intercultural. Tem experiência em Geografia, com ênfase em Geografia e suas questões agrárias, atuando principalmente nos seguintes temas: território e territorialidade, comunidades/populações tradicionais e educação escolar indígena.

**Alberto Pereira Lopes** - Possui graduação em Licenciatura Em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba(1991), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia(2001) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo(2009). Atualmente é PROFESSOR da UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, Revisor de periódico da Revista de Geografia Agrária - Campo e território, Revisor de periódico da Revista de Direito da Cidade, Revisor de periódico da Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades (Online) e Revisor de periódico da Bioikos. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana. Atuando principalmente nos seguintes temas: Reforma agrária, Espaço geográfico.

---

Recebido para publicação em 15 de Agosto de 2016.

Aceito para publicação em 22 de agosto de 2016.